

Simonsen: o que ainda salva o País é exportar.

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen previu ontem que, com bons resultados no balanço de pagamentos, não haverá maiores dificuldades para a fase 3 da renegociação da dívida externa. Advertiu porém que "não se deve excluir alguma necessidade de transferência líquida de recursos para o Exterior, pelo menos durante os próximos quatro ou cinco anos".

Falando à imprensa, antes da exposição aos banqueiros reunidos na Febraban — Federação Brasileira das Associações de Bancos, Simonsen afirmou que o Brasil tem uma posição sólida como exportador, sendo talvez o país com maior potencial entre os devedores. "Não tenho conhecimento de dados sobre manipulação de valores. As exportações, mesmo realizadas a 180 dias, são contabilizadas na data do embarque, e não nas datas do ingresso dos recursos em caixa. Naturalmente, isto vale tanto para exportações quanto para importações."

O ex-ministro considerou sob controle a dívida externa, "dentro dos mecanismos existentes para reciclagem de são casuísticos". Manifestou, porém, preocupação com o risco de que a elevação de 12 para 12,5% em taxas prime de juros, praticadas por bancos norte-americanos, possa ser uma tendência, e porque há possibilidade de que esse aumento passe para a Ilbor (taxa interbancária de Londres), na qual estão contratados a maioria dos empréstimos brasileiros.

Simonsen mostrou-se também preocupado com a hipótese de que um novo aperto na oferta monetária entre maio e junho, para atender às metas austadas com o Fundo Monetário, possa retear a tendência de recuperação econômica erificada no início deste ano. "A meta de controle da expansão da moeda em 50% ao ano é viável, mas muito apertada. Poderia fazer abortar o processo nascente de retomada".

O ex-ministro recusou-se a fazer qualquer declaração sobre a entrevista crítica do ex-presidente Médici, que foi amplamente repudiada no País. Considerou, a seguir, que "a evolução da política econômica atual tem sido favorável", e declarou que, "se há um setor que foi desindexado, são os salários acima de certo nível", o que, entretanto, ve como situação passageira, já que a longo prazo a tendência é de equilíbrio dos reajustes.

Simonsen previu uma inflação mais baixa em 84, "razoavelmente menor", segundo declarou. Mas o que é "razável", indagou um repórter? "Duzentos por cento não é razável. Quando ministro tinha a faca e o queijo e não gostava de fazer projeção. Imagine agora, sem faca e sem queijo?" — respondeu.

Admitiu a seguir que o problema da dívida externa será resolvid gradativamente e, a título de exercício, após que se 25% das exportações fossem utilizados para pagar parcelas não refinanciadas da dívida (US\$ 6 bilhões este ano), e as taxas de juros se mantivessem em 12% ao ano, o País teria pago integralmente sua dívida em 16 anos. Criticou porém "o paradoxo da transferência de recursos" em todo o mundo, mencionando que a América Latina transferiu aos credores, em 83, 27,4% de suas exportações, "o que é uma situação anomalia".

Simonsen criticou ainda a proposta do ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, de capitalizar os juros da dívida externa e informar dentro de quatro anos, como seriam feitos os pagamentos, porque equivaler a declarar a moratória unilateral, com todas as consequências que ela pode trazer, tais como o corte dos créditos comerciais e a obrigatoriedade de pagar o petróleo importado à vista.

Lógica

Falando, depois, a uma piteia da qual participavam lideranças como Roberto Konder Bornhausen, presidente da Febraban, José Carlos Moraes Abreu, membro do Conselho Monetário Nacional, Pedro Conde, vice-presidente da Febraban, entre inúmeras outras personalidades, Simonsen fez um apelo à lógica, ao insistir na esse de que só com aumento das exportações acima do nível das taxas de juros internacionais é possível reequilibrar as contas externas e negociar condições mais favoráveis com os credores. Os devedores em crise, porém, dependem muito de que se elimine a contradição entre os departamentos do Tesouro e do Comércio dos países desenvolvidos, numa crítica direta ao déficit público e ao protecionismo.

Para a reciclagem da dívida externa, Simonsen defendeu redução no protecionismo e nos juros, em especial nos spreads, e reafirmou sua tese de que se fosse eliminado o imposto sobre juros pagos e recebidos, a taxa real de juros poderia cair de 11 para 7%, aproximadamente, descontada a inflação, "a taxa não seria elevada". Propôs ainda mudança nas regras do FMI, de tal sorte que as condicionalidades (regras das quais o Fundo não abre mão) se limitassem ao balanço de pagamentos, taxa correta de câmbio e impedimento de que o protecionismo impe disse políticas de ajustamento de outros países.

Além disso, defendeu um sistema semi-automático de reciclagem da dívida, de tal sorte que a negociação se tornasse mais fácil com os credores, com capitalizações parciais dos juros.

Respondendo a uma pergunta da economista Edy Kogut, da FGV, que indagou se o Brasil "é um bom jogador ou estase comportando como bom menino numa mesa de poker" e se a postura argentina não é possível, Simonsen respondeu: "Blefar exige ter uma certa reserva. Às vezes os outros pagam para ver. A Argentina tem a vantagem de poder blefar, porque depende menos de créditos comerciais, é auto-suficiente em petróleo e alimentos. Pode jogar mais duro, mas é preciso saber quanto tem em caixa para pagar o blefe".